

Aneel: Kelman propõe que governo federal centralize licença ambiental

Brasília, 21 - O governo Federal poderá centralizar o licenciamento ambiental de todas as grandes **usinas hidrelétricas**, que na maioria dos casos estão sob responsabilidade dos órgãos ambientais estaduais. A proposta foi apresentada pelo novo diretor-geral da Agência Nacional de **energia elétrica** (Aneel), Jerson kelman, como um meio de evitar atrasos na construção de novas **usinas**. Em entrevista exclusiva à Agência Estado, ele defendeu ainda o realismo tarifário e alertou que os preços não podem ser contaminados pela luta contra a inflação. "Esse filme nós já vimos", afirmou kelman.

kelman observou que, das 17 **usinas** que estão para ser licenciadas e licitadas neste ano, apenas três estão com o Ibama. O restante está sendo avaliado por órgãos estaduais. Em sua opinião, esse assunto deve ficar na alçada da União, já que o potencial hidráulico é um bem da União e a **energia** que a **usina** produzir será utilizada por consumidores do Brasil inteiro. "Não se pode entender que esse recurso natural seja um assunto de interesse local. É nacional. As pequenas centrais, poderiam não cair nessa regra, pois são muitas e o interesse é local", argumenta.

O diretor-geral sugere ainda que a lei de crimes ambientais seja mudada para isentar de processo o funcionário público que agir de boa fé. "Hoje a situação é aflitiva", disse kelman, contando que o medo faz com que os funcionários adiem decisões ou se omitam, o que atrasa ainda mais os licenciamentos. "O funcionário público em geral não tem incentivos para acertar, só tem incentivos para não errar. Se ele errar, pode ser punido, se não errar, nada acontece."

Como exemplo hipotético, ele cita a geração de **energia** na região amazônica, que é feita majoritariamente com óleo combustível ou diesel. Além de poluente, isso custa mais de R\$ 3 bilhões por ano à população de todo o País, segundo kelman. Portanto, a substituição de uma térmica por uma **hidrelétrica** seria vantajosa, mas ela causará o corte de algumas árvores, e alguém poderá entender que isso é um crime ambiental, sem comparar as vantagens que esse processo pode ter em relação à situação anterior, da queima de óleo.

"Como é possível que alguém no Ministério Público, um procurador, examine uma licença ambiental na ótica de 'derrubou tantas árvores', sem ver os outros trade-offs, e aquele que deu a licença pode ser processado criminalmente", explicou o diretor. Nesse caso, a defesa terá que ser custeada pelo próprio funcionário. "Quem está com essa espada sobre a cabeça, antes de dizer sim para derrubar algumas árvores e construir uma **hidrelétrica**, vai perguntar qual é o efeito dessa **hidrelétrica** na órbita de Saturno", ironiza kelman.

Mesmo com os problemas enfrentados no licenciamento ambiental prévio, o modelo regulatório atual é mais seguro que o anterior, segundo kelman. Ele lembra que antes o governo fazia a licitação da **usina**, o empreendedor era encarregado de buscar a licença e ficava-se com a falsa sensação de que estava tudo resolvido. "Só que se os empreendedores não conseguiam a licença, porque os órgãos ambientais tratavam esse pedido para fazer uma **usina hidrelétrica** de interesse público como se fosse de interesse privado", comenta.

Com o governo como interlocutor dos órgãos ambientais, o processo pode ser acelerado. E mesmo que as licenças não viessem a ser concedidas a tempo - o que kelman não acha que acontecerá - o País saberia com antecedência do "desastre", e teria tempo para reagir. "E isso é muito melhor do que você não ter nenhuma informação prévia, ficar num mundo de faz-de-conta de que as **usinas** vão acontecer e elas não acontecem por não terem licença ambiental."

José Ramos